



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681282 - MG (2021/0225859-8)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR  
CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)  
**IMPETRANTE** : CARLOS ALBERTO FLAUZINO  
**ADVOGADO** : CARLOS ALBERTO FLAUZINO - SP215598  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : ANGELO VERRONE JUNIOR (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANGELO VERRONE JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.118322-3/000).

O impetrante narra que o "paciente foi preso em 25/02/2021 em face do mandado de prisão temporária as fls. 114 (IP - busca e apreensão)" (fl. 4).

A parte impetrante sustenta que ao paciente cabe o deferimento da liberdade provisória, ante suas condições pessoais favoráveis, e que, indiciado pelo delito do art. 180, § 1º, do CP, a preventiva seria mais grave que a sanção imposta (fl. 14).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade provisória ao paciente, com eventual fixação de medida cautelar diversa da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

1. O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de pedido liminar proferida em outra impetração na Instância de origem, nos termos da Súmula 691/STF.

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente